CONSELHO ESTADUAL DE EDUCAÇÃO
PRAÇA DA REPÚBLICA, 53 - FONE: 255.20.44 - CEP: 01045-903
FAX Nº 231-1518

PROCESSO CEE Nº: 260/96 - Apenso Proc. 5ª DE nº 86/805/96
INTERESSADA: Fabíola de Almeida Lorenzini
ASSUNTO: Recurso de Avaliação Final
RELATOR: Cons. Pedro Salomão José Kassab
PARECER CEE Nº 238/96 - CESG - APROVADO EM 29-05-96
COMUNICADO AO PLENO EM 05-06-96

1. RELATÓRIO

1.1 Fabíola de Almeida Lorenzini, aluna regularmente matriculada, em 1995, na 1ª série do 2º grau, no Colégio da Polícia Militar, 5ª DE da Capital, ao final do ano letivo foi considerada retida em Matemática, História, Química e Física, conforme quadro abaixo:

COMPONENTES	1º B.	2ºB.	3ºB.	4ºB.	M. Anual	Ex.	M.F
L.P.L.	6,5	7,0	7,0	7,5	7,1	--	7,1
Matemática	3,0	2,0	2,0	4,5	3,1	4,0	3,5
História	6,0	6,0	4,0	5,5	5,2	3,5	4,3
Geografia	6,5	4,5	7,5	5,5	6,0	4,5	5,2
Inglês	5,5	6,5	6,0	9,0	7,2	--	7,2
Bio/P.S	5,5	6,0	6,5	6,5	6,3	4,0	5,1
Química	6,0	6,0	5,5	8,0	6,6	2,5	4,5
Física	5,0	3,0	3,5	7,0	4,9	0,0	2,4
Ed. Art.	9,5	9,5	9,5	7,0	8,5	--	8,5

Obs. média para aprovação: 7,0 = média anual

5,0 = após recuperação - média final

1.2 Em 14-12-95, sua mãe solicitou à direção da escola reconsideração desse resultado.

1.3 Em 18-12-95, ouvido o Conselho de Professores da UE, manteve-se a retenção da aluna, por 8 votos a 3, conforme Ata de fls. 132.

1.4 Em 26-12-95, a requerente dirigiu-se à 5ª DE da Capital, em grau de recurso, contra a referida retenção, nos termos do artigo 5º da Deliberação CEE nº 03/91, alterada pela Deliberação CEE nº 09/92.

1.5 A Comissão de Supervisores de Ensino, devidamente designada, ao apreciar o expediente à luz da legislação acima citada, e pelos documentos anexados aos autos, constatou que:

1.5.1 a aluna foi submetida a estudos de recuperação paralela, durante o ano letivo, sem, contudo, lograr aproveitamento suficiente para promoção;

1.5.2 no relatório referente à retenção da aluna, os professores se manifestaram a respeito da dificuldade que a mesma apresentou, durante o ano letivo, quanto a assimilar conteúdos, participar das atividades, fixar conceitos, resolver exercícios, entender reações químicas, interpretar acontecimentos históricos, que constituem pré-requisitos para prosseguimento de estudos;

1.5.3 as normas regimentais foram cumpridas no que diz respeito à avaliação, promoção e recuperação da aluna;

1.5.4 não há indícios de atitudes discriminatórias contra a aluna;

1.5.5 os diários de classe e planos de ensino das disciplinas objeto da retenção, estavam redigidos de acordo com os objetivos propostos no início do ano letivo e de acordo com a legislação vigente;

1.5.6 a própria mãe admite que: "com o pai ausente e a mãe doente, nenhuma criança tem condição de acompanhar um currículo escolar", arrolando, ainda, outros fatos que culminaram com a retenção da aluna.

1.6 Pelo acima exposto, considerou aquela Comissão que a aluna não possui pré-requisitos para continuidade de estudos na série subsequente, sendo favorável à retenção na 1ª série do 2º grau.

1.7 O Delegado de Ensino acolheu o parecer da Comissão de Supervisores de Ensino, encaminhando o expediente à UE para ciência.

1.8 Em 26-01-96, a mãe da interessada tomou ciência da decisão daquela Delegacia de Ensino.

1.9 Em 29-01-96, solicitou fosse o recurso encaminhado ao CEE, nos termos da Deliberação CEE nº 03/91, apontando melhora no 4º bimestre; a proibição de fazer "juntada" enquanto o recurso foi analisado em nível de DE e obtenção, pela aluna, de média geral superior a 5,0 (cinco).

1.10 Nos termos da Deliberação CEE nº 13/95, o expediente foi encaminhado e analisado pela COGSP - Coordenadoria de Ensino da Região Metropolitana da Grande São Paulo, que indeferiu o recurso.

1.11 Em 21-03-96, a mãe da interessada tomou ciência da decisão daquela Coordenadoria.

1.12 Novamente, em 26-03-96, encaminhou recurso ao CEE, alegando desta vez que o "Estatuto da Criança e do Adolescente", como lei maior, não foi considerado, uma vez que a COGSP, em sua análise dos problemas elencados pela mãe no processo, assim se pronunciou: "... é forçoso considerar que razões de ordem pedagógica se sobrepõem às de origem pessoal, com vistas a assegurar à aluna possibilidade de êxito em sua ação escolar".

1.13 O pedido tramitou novamente pela COGSP, que propôs o encaminhamento ao CEE através do Gabinete da pasta, uma vez que já se pronunciou sobre o assunto nos termos do artigo 1º da Deliberação CEE nº 13/95.

1.14 Em que pese as alegações da mãe como ilegalidades, o caso mereceu a devida atenção e análise nos termos da lei vigente, em todos os níveis (direção da UE, Conselho de Professores, Delegacia de Ensino e COGSP), tendo havido oportunidade para recuperação paralela e final, não se comprovando atitude discriminatória e sem desempenho global satisfatório, conforme quadro às fls. 01.

2. CONCLUSÃO

Diante do exposto e nos termos deste Parecer, não se acolhe o recurso interposto pela responsável da aluna Fabíola de Almeida Lorenzini, matriculada, em 1995, na 1ª série do 2º grau do Colégio da Polícia Militar, 5ª DE da Capital, mantendo-se sua retenção na referida série.

São Paulo, 29 de maio de 1996

a) *Cons. Pedro salomão José Kassab*
Relator

3. DECISÃO DA CÂMARA

A CÂMARA DO ENSINO DO SEGUNDO GRAU adota, como seu Parecer, o Voto do Relator.

Presentes os Conselheiros: Arthur Fonseca Filho, Pedro Salomão José Kassab, Sonia Aparecida Romeu Alcici, Sonia Teresinha de Sousa Penin e Sylvia Figueiredo Gouvêa.

Sala da Câmara do Ensino do Segundo Grau, em 29 de maio de 1996

a) *Cons. Arthur Fonseca Filho*
Vice-Presidente da CESG